

----- A C T A N . º
01-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE

7 FEVEREIRO DE 2007-----Aos sete dias do mês de Fevereiro de 2007, pelas 21.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão ordinária, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Eventual alteração ao traçado inicial da auto-estrada A18, objecto de concurso público internacional em 1999, e suas consequências para o Concelho de Torres Vedras;-----**2.º Ponto** – Discussão e votação da 1.ª revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2007, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----**3.º Ponto** - Apreciação de uma Exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da actividade Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo Secretário).-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passa a indicar:-----José Augusto Clemente de Carvalho, José Afonso das Neves Carneiro Santos, Laura Maria Jesus Rodrigues, António Carlos Nunes Carneiro, José Augusto Nozes Pires, José Manuel Rosa Correia, Marco Henriques Claudino, Ana Elisa Pedreira Martins, Dalila do Carmo M. J. Carvalho, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, José Alberto Ferreira Menino, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Francisco Cruz Branco da Silva, Hugo Miguel Fernandes Martins, Paulo Adelino Esteves Gonçalves, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Pedro dos Santos Ribeiro Mucharreira, Vítor Manuel Vitorino, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Paulo Jorge Marques Marreneca, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Nuno Ricardo Nunes Pereira, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, João António Gomes Varela, António Paulo Veloso Martins Bento, Mário Manuel Jesus Miranda e António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso, Artur Manuel Silva Costa, Susana Maria Ribeiro Neves e Paula Cristina Rodrigues Louro Sousa Vilela.

-----Faltaram os membros Alfredo Manuel Bernardes dos Reis, António José de Oliveira Esteveira e Luís Pedro Saldanha Miranda.

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís Carlos Jordão

de Sousa Lopes, Rita João Maya Gomes Sammer, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Carlos Manuel Pires de Pina, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida A. M. Clímaco Umbelino e Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

-----Na abertura da sessão o Presidente da Assembleia Municipal **Sr. Alberto Avelino** manifestou em nome do Órgão Deliberativo, o desejo que o Sr. Vereador Tomé Borges, volte aos trabalhos tão rápido quanto possível, uma vez que está ausente por motivos de saúde.-----

APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES:

-----O Sr. Presidente da Mesa informou que a acta n.º 7 de 27 de Novembro do ano transacto, que foi previamente distribuída por todos os membros, se encontrava na mesa a fim de se efectuarem eventuais correcções.-----

-----O **Sr. João Bastos** solicitou que na sua intervenção a fls. 164 verso, em vez de “1,19” passe a constar “1,09” e que o segundo parágrafo passe a ter a seguinte redacção: “Deste modo, questionou se esta situação poderia ser corrigida, no sentido de baixar o zonamento da zona histórica para um factor de ponderação menor, que seria um incentivo de menor carga fiscal, que poderia contribuir para a reabilitação desta zona.”-----

-----O membro **Laura Rodrigues** informou que não consta na acta uma questão que colocou na sequência da apresentação da moção da Coligação Democrática Unitária, que foi a seguinte: “Solicitou que o Sr. Presidente, ou o Sr. Vereador da Educação fizessem o ponto da situação relativamente às actividades de complemento curricular, quanto às dificuldades da sua implementação no concelho.”-----

-----A Assembleia Municipal aceitou as correcções efectuadas e tomou conhecimento.-----

LEITURA DA

CORRESPONDÊNCIA:-----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documento sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados 7 documentos que a seguir se indicam: -----

DOCUMENTO 1:-----

-----Ofício número 1757, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7 de Fevereiro a remeter duas moções relativas ao traçado do IC11/Auto-estrada A8, aprovadas pelo Executivo Municipal em sua reunião de 6.07.07, sendo uma delas apresentada pelo Partido Social Democrata e a outra pelo Partido Socialista.-----

DOCUMENTO

2:-----Ofício

número 17788-211CAL/07, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, de 8 de Janeiro último, a enviar cópia da resposta governamental ao requerimento formulado pelo deputado Bernardino Soares, ao Governo, no passado dia 21 de Setembro sobre a situação da Maternidade do Hospital de Torres Vedras.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO

3:-----Fax de Gonçalo Patrocínio, de 29 de Janeiro último, a solicitar a sua substituição ao abrigo da legislação em título, uma vez que, razões de ordem pessoal o impedem de estar presente na presente sessão.-----

-----Encontrava-se presente Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, membro a seguir na lista que nos termos do art.º 79.º do diploma supra identificado que foi convocada.-----

DOCUMENTO

4:-----E-mail de José Manuel Rosa Correia, de 1 de Fevereiro, a informar que por motivos profissionais estará ausente durante o mês de Fevereiro, pelo que não poderá estar presente na reunião de 7 de Fevereiro, e solicita a sua substituição ao abrigo do normativo legal em título.-----Foi substituído por Susana Maria Ribeiro das Neves.-----

DOCUMENTO

5:-----E-mail de João António Flores da Cunha, de 2 de Fevereiro, a informar que por compromissos anteriormente assumidos não poderá estar presente na sessão de 7 de Fevereiro, e a solicitar que seja substituído pelo membro a seguir na lista.-----Foi convocada Ana Rita Pereira Antunes.-----

DOCUMENTO

6:-----E-mail de Alfredo Reis, de 2 de Fevereiro, a informar que está ausente do concelho de 5 a 15 de Fevereiro, pelo que não poderá estar presente na presente sessão.-----
Encontrava-se presente em sua substituição Artur Manuel Silva Costa.-----

DOCUMENTO

7:-----Fax de Ana Rita Pereira Antunes, a informar que se encontra ausente do concelho entre os dias 6 e 8 de Fevereiro, pelo que solicita a sua substituição ao abrigo da lei na sessão do dia 7 de Fevereiro.-----

-----Foi convocada, nos termos do art.º 79.º da lei supra identificada, Paula Cristina Rodrigues Louro Sousa Vilela.-----

JUSTIFICAÇÕES

DE

FALTA:-----Carta de António Carlos Nunes Carneiro, de 12 de Dezembro do ano transacto, a solicitar a justificação da sua falta à sessão ordinária de 15 de Dezembro findo, por motivos profissionais.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida e a Mesa da Assembleia Deliberou aceitar todas as justificações de faltas apresentadas.-----Teve início o período antes da ordem do dia.-----

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS ASSUNTOS DE SAÚDE NO CONSELHO DE TORRES

VEDRAS:-----O *Sr. José Augusto de Carvalho*, na qualidade de coordenador da comissão em título informou que a mesma ultimou o relatório final.-----
Mais informou que não obstante a agenda da presente sessão e a oportunidade no início de Fevereiro, em consenso com o Sr. Presidente da Assembleia foi entendido que não deveriam precipitar qualquer discussão para esta reunião.-----Deste modo iriam proceder à distribuição antecipada do relatório em ordem a que cada membro sobre ele possa fazer a devida análise na reunião ordinária de Abril.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROT-PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

:-----O *Sr. António Carneiro* tomou a palavra na qualidade de membro da comissão mista de coordenação que acompanha a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, um documento estruturante, que por força da sua hierarquia jurídica, é de valor superior ao próprio PDM.-----Deste modo lembrou que tendo apresentado em Julho de 2005 uma proposta de alteração substantiva ao processo de revisão do PDMVT, no que dizia respeito aos conjuntos turísticos e compreendendo a posição do Executivo face à pressão que a CCDRLVT exerceu sobre a Câmara, no sentido da revogação de anterior deliberação da Assembleia, o que aconteceu em Abril de 2006 como forma de entender a dificuldade do Executivo em gerir tanta pressão de tanto torriense, que depende deste instrumento para ver alguns dos seus problemas resolvidos, foi um dos que votou a favor.-----

-----Disse que cada vez se arrepende mais desse sentido de voto, porque então fê-lo na sã

consciência de que o PROT poderia vir a arrumar, de uma forma mais clara, questões que não têm que ser arrumadas município a município.-----

Deu nota também que o edil torriense numa reunião sobre este assunto, questionou se o PROT desceria a este nível de arrumação, em termos de densidades de carga de territórios, etc, questão que imediatamente entendeu, porque também todos os presentes na sessão da Assembleia Municipal de 28.04.06 tinham esse peso na consciência.-----

Frisou que o andamento dos trabalhos não lhe augura nada de bom.-----Deu nota ainda que os textos sobre o PROT, disponíveis na plataforma electrónica aos membros da comissão, não têm servido rigorosamente de nada, uma vez que mantêm nos documentos seguintes o que já constava.-----

-----Em relação à tomada de posição do Oeste, disse que se sente que do lado de lá do Tejo tem havido de facto, talvez aparentemente, uma estratégia mais montada da defesa de interesses, e a tentativa de demonstração de que são do litoral e eles são interior.-----

Disse também que não podia deixar de achar espantoso que num país que possuiu auto-estradas, que por exemplo Abrantes se considere interior, mas este tipo de discurso está a ter êxito, muito em particular junto da CCRDRLVT.-----

Nesta sequência, afirmou que esta sua intervenção era um alerta e um registo da sua solidariedade para com o Sr. Presidente da Câmara, que tem tido, por enquanto, algum cuidado, alguma serenidade, alguma subtilidade, e algumas intervenções, mas quanto a ele a paciência estava a esgotar-se.-----

Por último, disse que temia que os interesses do município de Torres Vedras, do Oeste em geral e em particular os interesses do desenvolvimento turístico e das expressões de desenvolvimento existentes fiquem perfeitamente coarctadas em favor dos “coitadinhos do interior”.-----

-----Para terminar deu nota que na reunião já referida o Sr. Presidente da Câmara de Tomar, protestou pelo facto de ser no Oeste que se estão a fazer os campos de golf, e do governo lhes ter atribuído esta área de aptidão turística, com especial vocação para este desporto, quando a água vem do Castelo do Bode, ao qual teve que esclarecer que estes campos não podem ser regados com água do abastecimento público, o que lamentava que o autarca desconhecesse.-----

Salientou que a linguagem está a este nível a inveja é clara, e via o Oeste um bocado distraído na matéria PROT, no sentido lato da palavra.-----

-----O Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino*, lamentou não ver as Comunidades Urbanas a funcionar, e o que se verificava era cada um dos municípios, de uma maneira que se compreendia,

e m b u s c a d e
verbas.-----Disse
que seria um assunto interessante discutirem na Assembleia Municipal, a estruturas em si das
comissões de coordenação, porque existiam certas estruturas desconcentradas que mandavam mais
que os eleitos, o que lamentava, uma vez que são os eleitos pela população que têm o dever de
responder legalmente perante a população, e sentem-se impotentes para definir o que lhes parece
melhor.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez notar que comungava da opinião do membro António Carneiro,
sendo que sentia-se a falar sozinho, mas sem no entanto perder a esperança, nem a razão porque
agora estavam em fase de diagnóstico, e a fase decisória vem a
seguir.-----Afirmou que será então a altura certa para se exigir que se
criem regras gerais de ordenamento do território para toda a região, tanto no que se refere à
tipificação dos aglomerados populacionais como à sua densidade e ainda às excepções a essas
tipificações, para que não haja selvajaria que hoje está criada mesmo dentro das próprias comissões
de coordenação.-----A Assembleia Municipal tomou
conhecimento.-----

LEADER

OESTE:-----O
Presidente de Junta de Freguesia da Carvoeira, *Sr. José Manuel Cristóvão*, manifestou a sua
preocupação sobre a delimitação da ruralidade do continente
português.-----Disse que tal como a Junta de Freguesia da Carvoeira
tem feito, tem conhecimento dos esforços da autarquia a contestar a saída das freguesias rurais do
interior do concelho da zona de intervenção do Leader Oeste, situação que o surpreende tendo em
conta os indicadores de ruralidade das freguesias de Carmões, Dois Portos, Matacães, Monte
R e d o n d o , R a m a l h a l , T u r c i f a l , p a r a a l é m d a
Carvoeira.-----

-----Por sua vez, estavam incluídas freguesias do continuo urbano da grande Lisboa, que apresentam
elevados indicadores da taxa de crescimento. Exemplificou com o concelho de Alenquer, no qual a
população agrícola é quase inexistente.-----

-----Lamentou que estas freguesias deixem de receber algum investimento, dando nota que a
Carvoeira já usufruiu destes apoios com grande sucesso, e para o novo QREN já tinham preparado
a l g u n s p r o g r a m a s e
projectos.-----Deste modo
frisou que não seria de mais que também a Assembleia Municipal se pronunciasse, e se unisse aos
esforços desenvolvidos pela Junta de Freguesia e pela Câmara, talvez enviando uma recomendação à

Directora do Gabinete de Planeamento e Política Agroalimentar no sentido de vir ao terreno conhecer o Concelho.-----

-----Começando por dizer que subscrevia em 99% a intervenção anterior o membro **António Carneiro**, informou que é membro da direcção do Leader Oeste, em representação da RTO. Estavam a acompanhar por perto a questão em discussão, e era uma matéria por que têm lutado e defendido. Queriam regressar ao mapa das freguesias e não ao mapa concelhio porque era este que puxa a média para cima.-----

Salientou que era uma situação inaceitável, na qual entendia que faltou uma pressão clara da ANMP, que foi alertada no devido tempo, mas no entanto pensava que o dossier não estava encerrado.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara**, disse que comungava da opinião do autarca da Carvoeira, tendo exercido alguma pressão e tentado sensibilizar a AMO. O resultado desta pressão desenrolou-se no sentido da redução e não do alargamento da área geográfica implementada.-----

Informou ainda que teve conhecimento que o concelho de Alenquer foi retirado, mas o que pretendem não é que os outros saiam, mas que as freguesias rurais de Torres Vedras e n t r e m . ----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MERCADO

MUNICIPAL:-----O **Sr.**

José Afonso questionou qual era o ponto de situação sobre a questão da realocização dos comerciantes do Mercado Municipal e sobre o inicio das obras.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que o Executivo aprovou no passado mês a abertura do concurso, e tudo se conjuga para que seja publicado em Diário da República no corrente mês.-----No que se refere à realocização dos comerciantes da praça, estavam a estudar e ponderar todas as possibilidades-----

--A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO.-----

-----O **Sr. José Afonso**, atendendo a que uma das competências primordiais do Órgão Deliberativo, é acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara, e que muitas vezes a exposição em título fica para o fim, quando já se verifica alguma saturação e cansaço, propôs que a partir da presente data o mesmo passe a constar no ponto 1 da ordem de trabalhos em cada sessão.-----O Líder do Grupo Municipal do

Partido Socialista, *Sr. José Augusto de Carvalho*, observou que a proposta não era inédita, e já tinha sido abordada.-----No entanto, apelou que não se tomasse na presente sessão nenhuma posição rígida sobre esta matéria, na consideração que foi dada competência ao Presidente da Assembleia e aos Líderes dos Grupos Municipais para estruturarem a ordem de trabalhos, em função das matérias, em articulação com a Câmara, e quanto à premência dos assuntos, mas caso a caso, sessão a sessão e não de uma forma hermética e inflexível.-----O *Sr. Sérgio*

Jacinto, assentiu que a proposta não é nova, lembrando os colegas que foi presente aquando da revisão do Regimento da Assembleia Municipal, no qual participou-----Referiu que partilhava da opinião do seu colega de bancada, que sendo a Assembleia Municipal o órgão democrático, mais importante do município deve ser solenizado e a informação em apreço deve ser valorizada em termos de programação da ordem de trabalhos.-----

Como tal deve ser o primeiro ponto da discussão sempre, dado que regra geral é o último e fica sempre desvalorizado, para além de ser, quase sempre, discutido depois da meia noite, e muito próximo da hora regimental, que faz com que perca relevância.-----O *Sr. José Augusto de Carvalho*, defendeu que

não recusa que esta questão seja atempadamente discutida, mas sem o mesmo questionava a razão de vincular este ponto da ordem de trabalhos a uma prioridade rígida, sem terem consciência que em cada reunião surgem pontos diversos, cuja prioridade terá que ser aferida oportunamente, e é para isso que existe a Comissão Permanente.-----O Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino*

submeteu à aprovação da Assembleia Municipal a proposta do membro José Afonso, que a partir da presente data o mesmo passe a constar no ponto 1 da ordem de trabalhos em cada sessão, a qual foi reprovada com 15 votos a favor, 21 contra e 5 abstenções.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

IMI:-----

-----O *Sr. João Bastos* lembrou que na sessão de 27 de Novembro, aquando da discussão do IMI, referiu que não concordava com o zonamento estabelecido para a cidade de Torres Vedras que incluía a zona histórica, o coeficiente máximo de 1,13. quando deveria ser um factor bastante menor de incentivo à reabilitação à zona histórica.-----Atendendo a que leu recentemente que o Ministério das Finanças vai rever os zonamentos, sugeriu que a autarquia analisasse o assunto, e oficiasse as finanças em conformidade.-----O *Sr. Presidente da Câmara* tomou nota e agradeceu a recomendação.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

DECRETO

LEI

163/2006

-----O *Sr. João Bastos* lembrou que também na reunião de 27 de Novembro sugeriu à Câmara que promovesse junto dos projectistas do concelho, uma sessão de esclarecimento do normativo legal em título, que estabelece a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida a todos os edifícios, a maneira como vai ser articulado com o regulamento municipal, e como vai ser implementado, e que entra em vigor na próxima sexta-feira. -----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que iria averiguar em conformidade junto dos serviços.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FALECIMENTO DE MARIA INÊS

PEREIRA:-----O *Sr. Artur Costa* endereçou, em nome da bancada do Partido Social Democrata, as sinceras e sentidas condolências à família da Maria Inês pelo seu trágico falecimento à pouco tempo.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SAÍDA DA PSP DE TORRES

VEDRAS:-----O *Sr. Artur Costa*, tendo presente que já constataram na presente sessão que o Oeste vai ficar mal servido de acessibilidades rodoviárias, está pior servido de acessibilidades ferroviária, e ainda tendo presente algumas notícias que têm vindo a público sobre a saída da PSP de Torres Vedras, manifestou a sua preocupação e solicitou que o edil os elucidasse sobre a questão.-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que na notícia veiculada não havia nenhum texto que dissesse que a PSP saía da cidade, muito embora houvesse um mapa com legendas que o indicava, o que foi desmentido pelo Ministério de Administração Interna no dia seguinte.-----Mais deu nota que, após contactos com as várias entidades responsáveis, estava em condições de dizer que tudo se conjuga para que a PSP se mantenha no concelho de Torres Vedras, em conjugação com a GNR.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMEMORAÇÕES DO BICENTENÁRIO DAS LINHAS DE

TORRES:-----O *Sr. Sérgio Jacinto* recordou que Torres Vedras tem do ponto de vista histórico, um acontecimento que a marcou profundamente e que infelizmente é mais conhecido fora do país, que em Portugal, referindo-se às Linhas de Torres e Invasões Francesas que projectaram e ainda hoje projectam o nome da cidade muito para além fronteiras.-----Deu nota que um outro município, na semana transacta, fez uma comemoração de certa forma antecipada do que será o bicentenário, que também Torres Vedras decerto irá homenagear muito mais condignamente no próximo

ano.-----Deste modo questionou de que modo a autarquia está a pensar projectar mais uma vez o nome da cidade e do concelho com as comemorações do bicentenário em questão.-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que as comemorações em questão terão lugar em 2010, e como tal dispõem de um horizonte temporal até ao evento.-----Mais informou que, em 2006 os concelhos de Torres Vedras, Mafra, Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira e Loures celebraram uma plataforma de compromisso com dois objectivos: a reconstrução de uma série de fortes e fortins, candidatura a um programa comunitário para essa reconstrução, construção de centros de interpretação das linhas de TV, e por último a criação de um programa comum de comemoração do bicentenário.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LEI 53-E/2006 de 29/12- REGIME GERAL DAS TAXAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS:

-----O *Sr. Marco Claudino*, disse que gostaria que a autarquia aplicasse este ano a lei em epígrafe, a qual entrou em vigor no dia 1 de Janeiro, e tem o prazo de dois anos para o efeito.-----Manifestou o seu acordo com a aprovação deste normativo legal, uma vez que cria responsabilidade às autarquias porque quem cobra deve ser responsabilizado pela explicação e pelo valor.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a justificação que a lei em título impõe é um trabalho que tem que ser feito de adaptação e de correspondência entre o valor cobrado e o custo/proveito.-----

-----Mais informou que é um trabalho que está a ser levado a cabo em conjugação com a ANMP, sendo que não é um problema de Torres Vedras, mas dos municípios de todo o país.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AVENIDA POENTE - 2.ª

FASE:-----O *Sr. Marco Claudino* questionou se existe uma derrapagem com os custos da obra em causa, sobre a atribuição de responsabilidades e o não cumprimento dos prazos.-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que a preocupação da autarquia é pôr a via em funcionamento, com condições e garantia da sua funcionalidade, e uma vez isso alcançado debruçar-se-ão sobre se há responsabilidades a apurar e quem é que responde pelas mesmas.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EN9:-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* lamentou que o Sr.

Secretário de Estado da Obras Públicas se tenha deslocado a Torres Vedras, para discutir matéria que diz respeito também à Junta de Freguesia a que preside e não tenha sido informado.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o Dr. Paulo Campos esteve presente numa reunião partidária, na qual estiveram membros do Partido Socialista, e alguns independentes que fazem parte das suas listas.-----

Reforçou que o autarca não está dentro desta classe, mas se o autarca quiser sempre aderir têm todo o gosto em recebe-lo, assim como a qualquer um porque são sempre mais valias.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS PELAS JUNTAS DE FREGUESIA AOS SÁBADOS:-----

O Presidente da Junta de freguesia da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* manifestou a sua insatisfação pelo facto de não ter conhecimento sobre o assunto em título, para o qual solicitava alguns esclarecimentos.-----O

Sr. Presidente da Câmara informou que estavam a concertar posições e interesses entre maquinistas e autarcas sobre a disponibilidade deste equipamento. No entanto fez notar que as juntas não eram obrigadas a receber aos sábados as máquinas, podendo dispensar este serviço se assim o entenderem.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESCOLA DA PONTE DO ROL:-----

O autarca da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa*, dirigiu a sua intervenção ao membro Paulo Gonçalves da bancada da Coligação Democrática Unitária quanto à notícia veiculada na comunicação social sobre a escola supra identificada-----Disse que era lamentável que tenha ido tirar fotos apenas do exterior da escola de Ponte do Rol, quando se trata de um edifício novo, que ainda não está pintado, e não faça referencia que no seu interior está em funcionamento uma sala nova, com equipamentos novos, Internet, dois computadores etc.-----

Acrescentou que não admitia este tipo de atitudes, e que brincassem com ele, até porque tinha sido ele a transmitir ao membro a informação sobre o facto de esta escola estar a funcionar em instalações

adaptadas.-----O *Sr.*

Paulo Gonçalves pediu o uso da palavra para esclarecer que não quis ofender o autarca.-----Mais esclareceu que também recebeu a informação sobre o funcionamento da escola em questão por intermédio de alguns encarregados de educação. Desconhecia o interior da escola, mas verificou que

o espaço de recreio existente no exterior não parecia o mais adequado.-----

----O Líder do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, **Sr. Nozes Pires**, manifestou o seu profundo desagrado pela maneira como o Sr. Pedro Vasa se dirigiu ao seu colega de bancada, **i n c i t a n d o - o a p o r t a r - s e c o m** dignidade.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PARECERES SOBRE PROCESSOS DE OBRAS SOLICITADOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA:-----

----O Presidente de Junta de Freguesia de Monte Redondo, **Sr. Nuno Pereira** deu nota que em 02.08.07, recebeu um pedido de parecer da Divisão de Gestão Urbanística, ao qual a Junta de Freguesia **e m i t i u d e i m e d i a t o p a r e c e r** favorável.-----A sua intervenção vinha no sentido de questionar a razão de perante uma consulta do requerente aos serviços da Câmara, ter sido informado que o processo estava parado, por causa do parecer negativo da Junta de Freguesia.

-----Deslocou-se à Câmara para saber o que se passava mas nenhum funcionário soube prestar esclarecimentos sobre o assunto, o que agora solicitava ao edil.-----**O Sr. Presidente da Câmara** solicitou que o autarca lhe disponibilizasse os dados do processo de modo a averiguar quem é o técnico responsável e actuar em conformidade.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----De seguida o Sr. Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino**, leu o documento apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, que se transcreve:-----

MOÇÃO:-----

----“ A ser enviada: ao Sr. Ministro das Obras Públicas Transportes e Comunicações (C/conhecimento à Administração da REFER e ao Conselho de Gerência da CP)-----Considerando a Linha Ferroviária do Oeste um eixo estruturante para o desenvolvimento da região e para o aumento da qualidade de vida das populações e que a mesma actualmente não constitui uma oferta concorrencial com o transporte rodoviário de passageiros, devido, nomeadamente, a décadas de ausência de investimento sério na sua modernização. Considerando também que o transporte ferroviário é, de longe, uma alternativa ambientalmente muitíssimo mais apropriada que o transporte rodoviário, a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária, delibera reivindicar ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que em conjunto com a Administração da REFER. e o Conselho de Gerência da CP, dêem início, quanto antes, ao processo de modernização da Linha Ferroviária do Oeste, devendo essa modernização levar em linha de conta os seguintes aspectos:-----

-----A electrificação e duplicação da linha, pelo menos, até Torres Vedras.-----

-----A adequação dos horários da CP às necessidades das populações.-----Estabelecimento de um serviço ferroviário suburbano entre Lisboa e Torres Vedras, já que esta região é, cada vez mais, um local de residência de muitos cidadãos que trabalham ou estudam em Lisboa e zonas circundantes.-----Equacionar as possibilidades da Linha do Oeste estabelecer ligações à OTA e à Linha de Alta Velocidade.-----

----Melhoria substancial da qualidade e funcionalidade das estações, quer no caso das que efectuem apenas serviço ferroviário, quer no caso das que fazem ligação com outros modos de transporte.-----Especial atenção ao transporte de pessoas de mobilidade reduzida e, nos casos em que o serviço público o exija, aos parques de estacionamento de apoio ao serviço ferroviário.-----Torres Vedras, 7, Fevereiro, de 2007”-----Iniciou a discussão o **Sr. José Afonso** indicando que a moção em título terá o apoio do Partido Social Democrata. Lembrou que pouco ou nada se tem investido na ferrovia, e o ciclo vicioso com a concorrência rodoviária traduz-se numa perda de passageiros e uma perda para o ambiente, porque o transporte ferroviário tem uma componente ambiental mais favorável.-----Referiu que segundo opinião dos técnicos que tem ouvido, bastava a electrificação da via entre Lisboa e Torres Vedras, com comboios dignos e pontualmente a funcionarem para se conseguir recuperar muito do tráfego que também iria trazer vidas às aldeias do interior do concelho.-----Entendia que se deveria pressionar neste sentido, por vários motivos, entre quais os ambientais, assim como o desenvolvimento racional regional.-----Teve de seguida a palavra o membro **António Carneiro**, declarando que se encontra há muitos anos dividido sobre a matéria em apreço. Numa primeira leitura estava mais inclinado a defender os seus interesses e dos seus concidadãos do que os interesses da linha do Oeste.-----Salientou que no documento apresentado o assustou expressões como “serviços ferroviários suburbanos” e “duplicação até Torres Vedras”, e entendia que esta matéria devia ser alvo de estudo, no que se refere às vantagens e desvantagens, à questão ambiental, e lembrou também que há novos c o m b u s t í v e i s a chegar.-----Assim, disse que entendia a filosofia da moção e das suas preocupação, mas continha propostas objectivas que não podia aprovar.-----Também o membro **Marco Claudino** disse que sempre esteve dividido, porque não possuía muita informação relativamente à linha do Oeste, mas sabia que a situação actual não é digna, e não se

p o d e m a n t e r d e s t a f o r m a p o r m u i t o m a i s tempo.-----Frisou que apesar de não concordar totalmente com a moção, daria o seu voto favorável para que a discussão se inicie porque não pode ser mais adiada.-----Quanto à questão da suburbanidade de Torres Vedras, disse que não partilhava dos receios do colega António Carneiro. Não tinha medo que as pessoas quisessem vir morar para Torres Vedras e a solução estava em planear e estruturar todo o urbanismo torriense.-----O **Sr. José Augusto de Carvalho**, começou por dizer que alguém escreveu que o Oeste deve a criação dos seus traços mais matriciais à vinha e ao caminho de ferro. Não tinha dúvidas que o caminho de ferro parou no tempo, assim como a Linha do Oeste e tantas outras. Não tem havido investimento neste transporte, e todos se têm interrogado frequentemente sobre este facto.-----Deu nota que tem questionado os vários responsáveis, sem nunca ter obtido uma resposta satisfatória.-----

-----Percebia a moção na sua intenção, mas existiam expressões que para terem o acordo do Grupo Municipal do Partido Socialista, tinham que ser retiradas. Assim, estava demonstrado que para ter um serviço de qualidade, não era necessário a duplicação da linha e bastaria electrificá-la, melhorar as infra-estruturas acrescentando melhoria no material circulante, e adequando os horários.-----Retiravam também a expressão muito perigosa do “suburbano”, porque não queriam ser suburbanos de nada e sabia que não tinha sido esta a intenção.-----Relativamente à OTA, sustentou que é impensável que não implique uma redefinição das acessibilidades ferroviárias, e inequivocamente a linha do Oeste irá ser influenciada por projectos que vão surgir nesse sentido, e portanto mal ficaria que não fizessem essa referência como que alheios a algo que inequivocamente terá que acontecer no contexto da construção do novo aeroporto.-----

-----O **Sr. Nozes Pires** disse que estavam todos presentes para atingir consensos, porque se trata sempre dos interesses da região e da população, e estavam abertos à alteração referida.-----A **Sra. Paula Vilela** indicou que não são os comboios suburbanos que tornam as cidades suburbanas, isso é saloismo mas mascarado de modernidade, o que era um bocado diferente.-----Lembrou que existem cidades próximas de grandes meios urbanos, tais como de Londres e Paris, que possuem transportes suburbanos ferroviários e não perdem a sua autenticidade.-----Concluiu reforçando que não é a existência de um transporte suburbano que o torna a cidade suburbana, e existiam aspectos muito piores, começando pelo ordenamento do território.-----De seguida o **Presidente da Mesa** passou a ler a moção, já com as alterações, que são as

seguintes:-----
----Onde se lê “a duplicação e electrificação da linha , pelo menos até Torres Vedras”.-----**Deve ler-se**” a duplicação da linha, e melhoria substancial dos serviços, até Torres Vedras.”-----Onde se lê “Estabelecimento de um serviço ferroviário suburbano entre Lisboa e Torres Vedras, já que esta região é, cada vez mais, um local de residência de muitos cidadãos que trabalham ou estudam em Lisboa e zonas circundantes.”-----**Deve ler-se**” Estabelecimento de um serviço ferroviário interurbano entre Lisboa e Torres Vedras, já que esta região é, cada vez mais, um local de residência de muitos cidadãos que trabalham ou estudam em Lisboa e zonas circundantes.-----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a moção sobre a Linha do Oeste, apresentada pela Coligação Democrática Unitária, com as alterações acima transcritas.-----Teve início o Período da Ordem do Dia.-----

PONTO 1- EVENTUAL ALTERAÇÃO AO TRAÇADO INICIAL DA AUTO-ESTRADA A18, OBJECTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL EM 1999, E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O CONCELHO DE TORRES VEDRAS;-----

----A iniciar a discussão deste assunto o Primeiro Secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a moção subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, que seguir se transcreve:-----

MOÇÃO:-----

----“Considerando que o Dec-Lei nº 222/98, de 17/7 e a Lei nº 98/99, de 26/7 integram o IC11 - no traçado Peniche, Lourinhã, Torres Vedras, Carregado, Pegões, Marateca -no actual Plano Rodoviário Nacional, PRN - 2000 em vigor;-----

Considerando que o Dec-Lei nº 119/99, de 14 de Abril, igualmente em vigor, inclui o traçado do IC11 entre Torres Vedras e Carregado na rede nacional de auto-estradas;-----Considerando que este mesmo Dec-Lei determina que o dito

lanço de auto-estrada seja objecto de concurso internacional para concessão, construção, financiamento, exploração e manutenção, com cobrança de portagem aos utentes;-----Considerando os actos de

membros do Governo e de responsáveis da Administração praticados em execução do que antecede;-----Considerando as

justificadas e legítimas expectativas de que o IC11 é uma realidade que se concretizará;-----

----Considerando que tais expectativas se reforçaram com a decisão governamental quanto à localização do novo Aeroporto Internacional de Lisboa;-----Considerando, a breve trecho, a conclusão e

entrada em funcionamento da nova ponte sobre o Tejo no Carregado;-----

Considerando que o IC11, no seu traçado de sempre, após a construção da A8 e do IP6, ao atravessar os concelhos de Peniche, Lourinhã, Torres Vedras, Sobral, Arruda e Alenquer constitui o eixo viário em falta determinante para a estratégia de desenvolvimento e o modelo de organização territorial do Oeste;-----

Considerando que o IC11, no seu traçado de sempre, afirma a centralidade de Torres Vedras no território envolvente, para além de contribuir para a coesão territorial do sul do Oeste;-----Considerando que o IC11, no seu traçado de sempre, constitui uma

oportunidade insubstituível de ligação viária directa e de qualidade dos referidos concelhos ao sul do País e a Espanha;-----Considerando que o IC11 como “canal directo” à zona do novo

Aeroporto Internacional, para além de ser um poderoso factor de marketing territorial, atrai a localização a esta região de múltiplos investimentos e actividades, geradores de emprego e riqueza; e-----Considerando a importância

das acessibilidades estruturantes para o desenvolvimento e a qualidade de vida, como ficou demonstrado, no “estudo de impacte da construção da A8”,-----A

Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida no dia 7 de Fevereiro de 2007, delibera:-----Manifestar que a construção do IC11 deve concretizar-se no seu traçado

de sempre;-----Manifestar que a respectiva execução deve obedecer em tempo que minimize os atrasos já verificados, gravosos em especial na inevitável concorrência entre territórios;-----Considerar que uma hipotética alteração do

traçado do IC11, em particular, entre Torres Vedras e o Carregado, defraudaria legítimas expectativas e lesaria interesses igualmente legítimos, constituindo objectivamente uma perda para Torres Vedras e os demais concelhos do sul do Oeste.

Finalmente, mais delibera que se, no futuro, surgirem factos na linha das preocupações preventivamente atrás expostas, deve este Órgão Autárquico ser convocado para os apreciar.-----Torres Vedras

7/02/07.”-----Usou da

palavra um dos subscritores da moção, **Sr. José Augusto de Carvalho**, que começou por sinalizar que em sede do Executivo Municipal houve duas moções, de cujo conteúdo já tinham tomado conhecimento, que foram aprovadas por unanimidade. Ou seja a matéria

nos seus traços essenciais era relativamente consensual.-----Reforçou que

pairam preocupações que todos, na fidelidade aos seus mandatos, comungam.-----

Assim o Grupo Municipal do Partido Socialista pretende manifestar por um lado toda uma

sequência de factos jurídicos e de actos de administração que estão elencados, os principais na moção, que nessa vertente não é exaustiva, em qualquer caso factos relevantes, do ponto vista jurídico, do ponto de vista dos actos da administração, que tornam impensável que o processo retroceda ou sofra assinalável desvio.-----Assinalou que já percorreram um caminho suficientemente rico de posições por forma a que possam admitir que suas expectativas saiam goradas.-----Por outro lado há a vertente dos efeitos, uma vez que o IC11 é um factor inegável, singular, de marketing territorial relativamente a Torres Vedras e aos concelhos envolventes, uma vez concretizado. Um “canal directo”, como referem na moção, à zona do Carregado, à zona do futuro aeroporto, que vai atrair para Torres Vedras e para os concelhos vizinhos uma multiplicidade de investimentos de actividades, que serão geradoras de riquezas e de emprego.-----Tendo em conta a importância estratégica dos investimentos que estão a ser realizados no Carregado, e particularmente tendo em conta, a Ponte sobre o Tejo, anexa ao Carregado, e ainda um previsível congestionamento em breve da Ponte Vasco da Gama, a ligação directa ao Carregado qualifica a ligação de Torres Vedras ao sul do país e a Espanha.-----Lembrou que os efeitos da A8 também como referido na moção, estão inequivocamente assumidos no estudo que o observatório respectivo elaborou, e a associar ao facto têm um eixo longitudinal que é a A8, o IP6 transversal a norte, e a rede só fica completa com o IC11 partindo de Peniche, a caminho da Marateca, passando por Torres Vedras e Carregado.-----Realçou que o sul, da sub região do Oeste, nesta transversalidade, está pessimamente servida do ponto de vista viário. As vias que transversalmente servem os concelhos do sul do Oeste, são caminhos do século XIX, afirmação que fez sem receio de ser desmentido.-----Salientou que estão perante todo um conjunto de, por um lado de factos históricos que militam em favor de uma causa já enraizada no imaginário colectivo de todos, o IC11, e há também um conjunto de virtualidades, que esta infra-estrutura trará de modo que, se recusa a admitir mesmo teoricamente que seja, que haja qualquer assinalável desvio muito menos uma inversão.-----Deste modo fez notar que a moção em apreciação coloca preventivamente algumas preocupações e termina de uma maneira que não deve ser considerada despicienda, ou seja no caso dos factos se se vierem a verificar, o Órgão Deliberativo deve ser convocado, para os apreciarem, e tomarem as atitudes que julgarem adequadas.-----Seguiu-se o *Sr. José Afonso* assinalando que a notícia da anulação do concurso publico que já tinha sido anteriormente debatido nesta assembleia, marca um revés importantíssimo nas aspirações dos torrienses, e nos seus interesses futuros.-----Sustentou que tendo em vista o panorama actual, ainda com mais razão se justifica a argumentação de há 3 anos

atrás.-----Assim com o acabamento em curso dos dois troços da A10, que foi terminado Alverca /Carregado, e Alverca/Benavente, com a componente 3.ª ponte sobre o Tejo, verifica-se que Carregado é como se previa, no planeamento e ordenamento do território um ponto estratégico de toda a circulação do centro do país. As suas ligações para o lado de Torres Vedras são: Caldas a norte que está servido com a A15 com ligações directas, a CREL a sul e presentemente a A10 com acesso relativamente fácil de Arruda que está a 1 km e o Sobral.-----Defendeu que a alteração deste traçado é uma derrota política para quem sempre defendeu e para as forças maioritárias que comandam os nossos destinos, e trata-se de um prejuízo evidente para o concelho de Torres Vedras, mas não só, para Bombarral, para Lourinhã e Cadaval.-----Lembrou que as freguesias do interior do concelho de Torres Vedras e as de Alenquer, não se podem desenvolver só com a imagem dos vinhos, dos pomares e com a paisagem, têm que se desenvolver com infra-estruturas.-----Lamentou também que viam ser anunciadas estradas, que não estavam programadas, caso da Sines/Beja, que o Senhor Primeiro Ministro disse que era estratégica e ia ser acelerada, e infelizmente não viam anunciar o IC11, programado há tantos anos que é também essencial para o desenvolvimento de todo o Oeste.-----Argumentou que não aceitavam que agora, tal como leu na imprensa, o Vereador Carlos Bernardes viesse dizer que se altere o traçado, mas que a obra venha depressa.-----Reforçou que com a inauguração da CREL e agora da A10, este novo traçado, agora chamado Lisboa/Norte, segundo o jornal “Expresso” é uma CREL 2, que é o que não querem nem é necessária nos próximos anos, porque nalguns sítios está a 2 ou 3 km da A10.-----

-----No seu entender, mesmo na perspectiva nacional este novo traçado não tem interesse para o país, porque vai numa paralela em grande parte do trajecto à Actual A10. Pode haver uma questão e s t r a t é g i c a p o r d e t r á s d e t u d o isto.-----Lembrou que já tinha

sido a florado nesta Assembleia Municipal, durante o mandato do anterior Presidente da Câmara a questão de a concessionária dizer que construirá o novo traçado gratuitamente para os cofres do Estado ou se fizerem a IC11 querem dinheiro em troca.-----Lamentou a visão economicista, que compreendia por parte das concessionárias mas não a podia aceitar por parte do Estado. Considerava que seria politicamente mais honesto adiar a construção da via, devido à falta de verba no presente orçamento, mas que fosse construída um dia.-----

-----Referiu-se à já referida reunião partidária ocorrida em Torres Vedras com o Dr. Paulo Campos que a seu ver trouxe uma mão cheia de nada. Ou seja o arranjo de Alenquer/S. Pedro da Cadeira/EN9, está em PIDAC há 2 anos, e só não foi ainda executado por falta de verbas, Alenquer/

Merceana foi arranjado, falta o resto. Também a EN238 Dois Portos/Carmões, foi beneficiada há 2 anos e necessita apenas de uns pequenos arranjos de resvalado de terras. -----Verificou também que há uma dessincronização de planeamento, dado que há 3 anos, o governo projectou o alargamento e melhoramento da estrada Pêro Negro/Dois Portos, que visava a ligação ao IC11, ou A18, e interrogava-se porque se está a efectuar essas obras de ligação, com terrenos comprados e expropriados, assim como também andaram a discutir o PDM na perspectiva do IC11, e agora o governo altera o traçado.-----

Defendeu que é uma situação inaceitável para o Grupo Municipal do PSD, e tal como disseram neste órgão há dois anos quando mantiveram a união de todos os partidos e aprovaram uma moção conjunta, elaborada no sentido de dar força à manutenção do antigo traçado, estão dispostos a fazer tudo ao seu alcance para o manter, nomeadamente aprovar a moção que o Partido Socialista, apresentou, assim como eram bem vindas as duas moções aprovadas no dia anterior pelo Executivo.-----O **Sr. Vale Paulos** começou por apresentar alguns antecedentes sobre a via em discussão. -----Referiu de seguida que o governo justifica as alterações com a redução da distancia, o menor custo da construção, logo os apoios financeiros requeridos ao estado seriam menores, e ainda que não obedecia aos requisitos legais impostos por Bruxelas, ainda que o traçado da A18 não tenha viabilidade técnica visto que foi mal adaptada do antigo IC11, onde a velocidade máxima era apenas 80 Km por hora, não existindo condições de segurança para uma auto-estrada.-----Deu nota que a tutela fundamentou as vantagens da criação de uma nova circular porventura uma, CRAL (Circular Rodoviária Afastada de Lisboa) e como tal também afastada também de Torres Vedras, cerca de 5,5 Km para sul, ligando a A21 através da saída da Malveira até Mafra e Ericeira, subindo 8 km até á A8 até à saída de Enxara do Bispo, entrando na futura A18, passando por Pêro Negro, cruzando a linha do Oeste, permitindo uma ligação à Zona Industrial de Arranhó, passando por Arruda dos Vinhos e ligando a A10 na zona de Cadafais, no

C a r r e g a d o j á n o c o n c e l h o d e

Alenquer.-----

-Disse que considerava estas justificações muito pouco “justificadas”, e na verdade esta deslocação da A18, é profundamente prejudicial para o interior do concelho de Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e Alenquer, por várias razões, uma das quais porque a A18 ao atravessar na diagonal o interior do concelho, iria permitir a diminuição da desertificação desta região. -----Outra das razões será estar previsto no novo PDM uma reestruturação da rede viária incluindo a criação de novo espaços de desenvolvimento económico, tais como os parques empresariais, das freguesias de Monte Redondo, Runa, Carvoeira, Dois Portos e Carmões, o que ficaria comprometido. -----Salientou que este itinerário, ao atravessar esta região iria permitir com grande rapidez o escoamento dos

produtos típicos do interior do território e também dos outros concelhos limítrofes, possibilitando aos agentes económicos, o transporte directo de hortícolas, frutícolas, pão, bolos, vinhos, etc, com destino às zonas de influência do aeroporto, assim como para o sul do país.-----Frisou que o desenvolvimento de turismo, quer localizado no litoral, quer na vertente rural, com todas as infra-estruturas previstas, ficará profundamente comprometido.-----Indicou que carece de justificação a mudança da A8 para o nó da Enxara do Bispo, uma vez que se baseia nas vantagens da criação da nova circular, ligando o litoral desde Cascais, Sintra, Ericeira, Mafra, até ao nó da Malveira ficando com 2 opções, ou percorrer a A8 até ao nó da Malveira e entrar no nó ou sair neste caso da Enxara entrando na futura A18, até ao Carregado pela via da Ota ou até Marateca, ou percorrer uma distancia maior, e encontrar a CREL mais abaixo, até Alverca t e r m i n a n d o n o

Carregado.-----Assim fica em dúvida, por mais alguns quilómetros, se não será mais compensador optar pela CREL visto que a qualidade da auto-estrada é melhor, com 3 faixas para cada sentido, logo uma alternativa mais rápida, além do custo das portagens ser substancialmente inferior.-----Disse ainda que não se advoga que o actual traçado da A18 seja economicamente inviável, quando se aprova outros prolongamentos, como a nova via para Peniche com 27 km, e a alteração pretendida com inicio na Enxara até ao Carregado com mais 18 km.-----Defendeu que estas decisões não têm em conta o custo da obra nem o desenvolvimento das regiões, mas sim a viabilidade económica da sua exploração, contando fundamentalmente com o aumento de tráfego previsto que irá engrossar aquelas vias, nomeadamente aquele que está previsto nos concelhos de Peniche, Lourinhã, Sintra e Mafra.-----

----Para concluir, alertou que se Torres Vedras não ficar com este eixo estruturante, até Alenquer, entroncando na futura A10, irá ficar bastante mais afastada em tempo, em qualidade e no desenvolvimento, em relação a outros concelhos, que apesar de se situarem a uma distancia bastante maior, estarão bem mais perto da Ota e Marateca.-----Por fim registou que gostaria de se solidarizar, com todos aqueles que continuarão a defender esta via fundamental, não podendo aceitar o isolamento, o subdesenvolvimento e a desertificação do interior desta região.-----O

Presidente de Junta de Freguesia da Carvoeira, **Sr. José Manuel Cristóvão**, começou por dizer que comungava e aprovava a moção apresentada pelo Partido Socialista, dado que primeiro está o concelho de Torres Vedras e o seu desenvolvimento.-----

Fez depois uma breve retrospectiva, recorrendo a recortes de noticias de jornais que guardou dos acontecimentos que envolveram o anuncio do IC11, o seu traçado inicial, e das perspectivas de

desenvolvimento, que foram criadas em seu redor na freguesia que preside, tendo também em conta que o PDM foi elaborado baseado nesta via estruturante.-----Abordou também a questão do aeroporto da OTA, e no facto de entender que o concelho de Torres Vedras tem que pensar em termos de futuros e numa perspectiva de desenvolvimento que este novo equipamento implicará para a região, talvez com o alargamento do PDM, incluindo outras áreas de construção e acessibilidades.-----Para terminar apelou à unanimidade da Assembleia para que o IC11 nasça no nó do Sarge.-----

-----O **Sr. Hugo Martins**, iniciou a sua intervenção declarando que depois da discussão deste assunto ficava a ideia que os grupos Municipais presentes partilhavam que o IC11 é uma obra estruturante para o concelho de Torres Vedras e principalmente para a área envolvente.-----Deste modo custava-lhe a perceber que se estavam a afastar do espírito da moção aprovada pelo Órgão Deliberativo em 17 de Junho de 2005, na qual começavam por dizer que qualquer alteração ao traçado seria uma decisão inaceitável, e uma mudança inaceitável.-----Lembrou que a posição desta Assembleia Municipal há pouco mais de um ano foi manifestar a forte convicção que o traçado original do IC11 é o que melhor serve os interesses económicos e sociais do concelho de TV e do Oeste em geral.-----Manifestou o seu agrado por ter ouvido um membro do PS dizer que achou as explicações do ministro fracas, porque também é esse o entendimento do PSD, sustentando que este deve ser um tema que ultrapassa os desígnios dos movimentos partidários, uma vez que se trata de um interesse do concelho de Torres Vedras.-----Fez notar que o Presidente da Assembleia Municipal, aquando da aprovação da moção em 17 de Junho de 2005, afirmou que uma alteração ao traçado do IC11 seria o criar de uma segunda CREL, uma 2.ª barreira que os afastaria de Lisboa e que não seria o primeiro mas seria o segundo a encabeçar uma manifestação.-----Observou que era este espírito que advogava e entendia que todos os torrienses merecem e que deve estar patente no reforçar de uma moção conjunta, que terá outro peso, junto do actual Executivo do Partido Socialista.-----Nesta sequência, salientou que tinha dificuldade em entender as afirmações veiculadas na comunicação social, da autoria do Sr. Vereador Carlos Bernardes, que citou “ o IC11 é para fazer o mais depressa”.-----

Lembrou também que o Jornal de Noticias dizia claramente que a Câmara Municipal de Torres Vedras aceitava o novo traçado, mas que sabia não foi aceite pelo edil torriense. No entanto o jornalista tentou transmitir que houve um aceitamento tácito da autarquia a esta solução, e até lhe

parecia que vinha citado, “apesar de saber que o concelho de Torres Vedras fica prejudicado percebe a solução do governo”.-----Abordou

também a reunião partidária, que se realizou no auditório da Câmara, que entendia ser a casa de todos, que o Partido Socialista teve com o Sr. Secretário de Estado, mas o que o que deveria ter acontecido era, antes de se sequer supor qualquer alteração, haver uma posição de força, a nível da comunicação social, uma posição forte contra qualquer alteração, para depois poderem discutir, em alta, qualquer contrapartida, embora, ache e defenda que não há contrapartida à altura, de qualquer alteração ao IC11.-----

Terminou argumentando que o IC11 é uma obra estruturante para o concelho, e não será com pequenas obras de fachada que podem ter uma contrapartida à altura. Certo era que terão o apoio de todos nesta luta, o que o deixava contente.-----

-----Para se dirigir ao último interveniente, pediu novamente a palavra o **Sr. António Carneiro**, o qual começou por esclareceu que o auditório da Câmara Municipal, não é a casa de todos, mas sim requisitado para os eventos, e o colega Hugo Martins não devia fazer falsas demagogias.-----

-----Quanto à questão da “posição de força” referida, questionou se a moção que o Partido Socialista apresentou, o facto do Executivo estar unido com posições muito claras sobre a matéria e ainda do PSD ter agendado esta matéria, que o PS se dispôs a discutir, e de terem sido os primeiros a apresentar uma moção claríssima na contestação daquilo que eventualmente poderia vir a ser feito, não era uma posição de força.-----

-----Indicou que provavelmente o membro Hugo Martins se distraiu, mas não podia deixar de registar a frase “que é preciso uma posição de força, para depois discutir uma outra qualquer contrapartida”, questionando qual contrapartida? Para o PS não há contrapartida, e estava o PSD disposto a discutir contrapartida, o que não queriam era uma pequenina. -----

-----Reforçou que o Partido Socialista é claro sobre esta matéria, e não colocaram na moção qualquer questão de contrapartida. Muito menos há qualquer desvio ao espírito da moção que apresentaram há um ano, que pelo contrário agora reforçaram.-----

-----Relativamente aos desígnios partidários lembrou que foi o Partido Social Democrata, através do membro José Afonso que disse que se o IC11 não fosse feito, era uma clara derrota do Partido Socialista. Entende que não é dos socialistas, é dos torrienses e recusava qualquer instrumentalização partidária sobre esta matéria. O Grupo Municipal do PS não estava a fazê-la, assim como não a fizeram quando o governo era do Partido Social Democrata.-----

-----Por último e porque pensava que era uma matéria em que estavam tão unidos que não era necessário mais discussão, lançou o repto ao Partido Social Democrata e à Coligação Democrática Unitária, para, caso concordassem com a moção, o

Partido Socialista estava disponível para introduzir alterações, encerrando a discussão porque dava a sensação que não estavam unidos nesta matéria.-----

-----O membro **Hugo Martins**, disse que o colega António Carneiro não tinha entendido bem a sua intervenção e em termos de democracia política leu parte da intervenção do edil que consta da acta de 17 de Novembro de 2005, quando discutiram este assunto: “(...)o Sr. Presidente da Câmara aconselhou os membros do PSD a verem quem são as suas companhias.”, para defender que não veio fazer demagogia política.-----

-----Depois afirmou que a posição do PSD de Torres Vedras é não estarem receptivos a qualquer alteração ao traçado do IC11. Se alguma vez alguém falou em contrapartidas foi quem fez crer ao Secretário de Estado que os problemas de Torres Vedras podem ser resolvidos. Estas eram afirmações proferidas por alguém do Executivo.-----Concordou que o assunto ultrapassa a veia partidária, e deverá haver unanimidade, mas também, um debate sobre quais serão as medidas que têm que discutir para evitar qualquer alteração ao traçado do IC11.-----

-----O **Sr. António Carneiro**, fez notar que o membro teve o cuidado politicamente cirúrgico de referir uma intervenção dita em determinado contexto, do Sr. vereador Carlos Bernardes, para tentar colocar farpa política e de divisão partidária, mas curiosamente reforçou a ideia que têm que tomar uma posição, “uma posição de força, para depois discutir uma alta contrapartida,” o que certamente não era a intenção.-----

O **Sr. João Bastos** inquiriu, caso se venha a verificar a alteração do traçado quais as consequências que tem no processo de revisão do PDM, se as cartas têm que ser emendadas, e se a estratégia de desenvolvimento vai ser reajustada?-----

-----O **Sr. José Menino**, referiu que quando a moção foi lida, teve vontade de num gesto talvez antidemocrático, propor que se passasse imediatamente à votação, porque a proposta não merecia qualquer discussão. Não o fez por respeito por todos, mas ficou arrependido e lamentou que numa causa em que todos estavam interessadíssimos numa votação unânime e de força, se estivesse a criar divisões, que podiam conduzir a essa falta de unanimidade, e a essa falta de força.-----Assim solicitou que fossem coerentes, e afirmassem todos em uníssono, que vão lutar para que o IC11, ou o A18 não tenha qualquer alteração, e que o Concelho não seja prejudicado, posição idêntica à que tomaram em Junho do ano passado.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago **Sr. Paulo Bento** começou por dizer que estavam perante um assunto que, infelizmente, tinham que discutir nesta Assembleia Municipal, e apesar de concordar, praticamente

na totalidade, com a moção, entendia que os considerandos estavam correctos mas havia que fazer uma pequena adenda à sua parte conclusiva.-----Disse que não queria tocar em questões partidárias, até porque entendia que estavam nesta situação por culpa dos dois maiores partidos portugueses, e como tal estava à vontade porque faz parte de um deles.-----

Considerava lamentável que os responsáveis do partido que defende, nomeadamente da região, ainda não tenham vindo a público pronunciar-se relativamente a esta matéria e portanto, quando critica os seus estava à vontade para criticar os outros.-----Lembrou que na altura, acompanhado de dois vereadores Sociais Democratas, esteve numa reunião com o Sr. Secretário de Estado, a demonstrar, numa posição de força de que provavelmente nas autárquicas, não teriam candidatos a representar o partido, se acontecesse o que se previa, porque quando se trata de questões da sua terra não brincavam em serviço.----- Fez notar que as razões argumentadas, que sabiam estarem por detrás da questão, são meramente económicas dos concessionários, e quem estiver atento, percebe claramente que o concessionário que fizer o traçado agora proposto, poupa 8 milhões de contos e cobra o dobro das portagens.-----

-----Assim indicou que facilmente se percebe que não são questões partidárias que estão na retaguarda mas são questões económicas que normalmente influenciam decisões partidárias, e era isto que os dois partidos tinham que ter a coragem de assumir, e de denunciar perante as estruturas nacionais das respectivas forças partidárias.-----

-----O Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho** interveio para frisar que não tinha conhecimento que sobre a matéria em discussão haja qualquer decisão tomada.-----Relativamente à intervenção do autarca Paulo Bento, entendia que não deviam, nem escrever, nem aprovar, o que não podiam provar, e não estava em condições de subscrever qualquer documento, em que faça afirmações que não consiga provar, como a de não se subordinarem a questões de carácter particular dos concessionários.-----

-----O **Sr. José Afonso** sugeriu que se juntasse à moção do Partido Socialista em apreço, também o texto das moções aprovadas pelo Executivo Camarário.-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** acrescentou que se fizesse referência que a Assembleia Municipal de Torres Vedras tomou conhecimento das moções aprovadas no Executivo, com cujo conteúdo se identifica.-----

Terminadas todas as intervenções teve o uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para lembrar que o traçado do IC11 está aprovado pelo PRN, o qual é uma Lei da Assembleia da Republica e para

que seja alterado tem que haver deliberação deste órgão.-----Assim e tendo presente que as três forças partidárias representadas nesta Assembleia, têm assento na Assembleia da Republica, sugeriu que os Grupos Municipais se consertem e que façam transmitir esta razão à Assembleia da Republica, através de reunião com os grupos parlamentares, e que de alguma forma possam evitar alteração ao PRN.-----De

seguida o *Presidente da Mesa*, pôs à votação a moção subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista sobre o IC11, a qual foi aprovada com unanimidade pela Assembleia Municipal.-----

Anota-se que estavam presentes na sala 45 membros.-----

PONTO 2 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2007, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente officio número 1169, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 25 de Janeiro último, a r e m e t e r a o d o c u m e n t o e m título.-----*OSr. Presidente da*

Câmara informou que se trata de uma revisão puramente técnica, referente à abertura de uma nova rubrica relacionada com o enriquecimento curricular e à abertura de um concurso para aquisição de inertes que se vai repercutir nos anos 2008 e 2009.-----

-----Não se registou intervenções e passou-se de imediato à votação.-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, a 1.ª revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2007, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----Anota-se que

estavam presentes na sala 45 membros.-----

PONTO 3- APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO.-----Presente informação referente à actividade do município,

nos meses de Outubro, Novembro Dezembro de 2006 e Janeiro do corrente ano, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão, e à sua situação financeira, nos termos da alínea e) do normativo legal em título, na qual a dívida a fornecedores em 1 de Fevereiro ascendia a € 3.091.388,91 com saldo de tesouraria de € 3.353.410,10.-----Começou por intervir o Presidente de

Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, *Sr. Paulo Bento* para abordar a questão da utilização de máquinas da autarquia aos sábados nas freguesias.-----Reportou-se à resposta que o Sr. Presidente da Câmara deu ao colega Pedro Vasa no período antes da ordem do dia, para esclarecer

que o que estava em causa não era que algumas juntas não quisessem usufruir das máquinas ao fim de semana, mas o facto de se tomarem decisões conjuntamente com os maquinistas da Câmara em nome de todos os presidentes de junta, quando uma parte deles não foram consultados.-----

O Autarca **Pedro Vasa** pediu a palavra para abordar novamente a sua intervenção dirigida ao membro Paulo Adelino sobre a reportagem da escola da Ponte do Rol. Reforçou que não pretendeu ofender ninguém e quem se podia considerar ofendido era ele.-----Disse que teria sido de bom tom que o deputado municipal Paulo Adelino o tivesse contactado quando foram fazer a reportagem ao edifício. Não deviam ter referenciado só o que está mal, deviam também ter mostrado o interior do edifício, cujas obras foram todas efectuadas pela Junta de Ponte do Rol, até porque era do conhecimento de todos, o grande esforço que tem sido efectuado, quer pela autarquia, quer pelas juntas, no sentido de minimizar uma situação, que, atendendo à data da legislação, levou a este imprevisto.-----

-----De seguida acrescentou mais alguma informação sobre o problema da utilização das máquinas aos fins de semana no que diz respeito ao pagamento dos maquinistas, reforçando que nem todos os p r e s i d e n t e s d e j u n t a f o r a m informados.-----

O membro **Paulo Gonçalves** disse que não tinha feito directamente nenhuma crítica ao autarca Pedro Vasa. Aproveitou para o informar que as pessoas contactadas directamente pela Coligação Democrática Unitária enalteceram o trabalho desenvolvido pelo presidente da Junta de Freguesia da Ponte do Rol, pelo que, se tivessem algo a referir seria no sentido positivo.-----No que se refere ao enriquecimento curricular lembrou que, no caso do 1.º ciclo o que está previsto na lei é a monodocência ser coadjuvada por uma equipa de outros professores a nível da expressão física ou motora, ao nível da língua estrangeira, etc, mas o que estava a acontecer era que estavam a somar a actividade lectiva à actividade de enriquecimento curricular, que era pouco defensável pedagogicamente, e constava não era só opinião da Coligação Democrática Unitária.-----

-----O Presidente da Junta de freguesia da Silveira, **Sr. Mário Miranda** interveio para esclarecer que os presidente de Junta do Partido Socialista, tiveram uma reunião politico partidária, onde decidiram que o pagamento dos maquinistas, seria integralmente as horas de trabalho, a € 8/hora, com recibo verde, mas sem terem que pagar a hora da deslocação, o que entendiam ser justo, tendo sugerido o m e s m o à C â m a r a

Municipal.-----O Presidente de Junta de Freguesia da Carvoeira, **Sr. José Manuel Cristóvão** reportou-se à exposição em título para fazer uma pequena correcção no que concerne ao transito uma vez que não foram dois abrigos que foram colocados na freguesia mas espelhos.-----A terminar

